

O Estado como Instituição do Mercado: Território, Reforma Administrativa e a Mercantilização da Cultura no Brasil

The State as an Institution of the Market: Territory, Administrative Reform and the Marketization of Culture in Brazil

Bruna Eduarda de Almeida Valença

Bacharelado e licenciatura em Geografia. Universidade Estadual de Campinas. E-mail: 181978@dac.unicamp.br

 ORCID: 0009-0002-4132-416X

Lúcia Moliani Braga

Bacharel em Economia. Universidade Federal do Paraná. E-mail: luciamoliani@gmail.com

 ORCID: 0000-0003-0722-6283

Ghael Henrique Moura Leite

Mestre em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica do Paraná. E-mail: leiteghael@gmail.com

 ORCID: 0000-0002-3532-2988

Resumo

O presente artigo analisa a reconfiguração do Estado brasileiro nos anos 1990, marcada pela reforma administrativa e pelas privatizações do governo FHC. Com base na Geografia Política e na Sociologia Econômica, debruça-se na forma como o Estado é reorganizado pela lógica neoliberal, e como se tornou uma instituição de mercado. Por fim, destaca-se a relação entre essas transformações, a privatização da cultura, a minimização do Estado e a precatização do bem-estar social.

Palavras-chave: Estado; território; reforma neoliberal; políticas culturais; renúncia fiscal.

Abstract

This article analyzes the reconfiguration of the Brazilian state in the 1990s, marked by administrative reform and the privatizations carried out during the FHC government. Based on Political Geography and Economic Sociology, it examines how the State is reorganized under neoliberal logic and how it has become a market-oriented institution. Finally, it highlights the relationship between these transformations, the privatization of culture, the reduction of the State, and the precarization of social welfare.

Keywords: State; territory; neoliberal reform; cultural policies; tax expenditures.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v12i1.10677>

Recebido: 26-02-2026

Aprovado: 25-05-2026



PPGDS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - UNESC



1. Introdução

As profundas transformações ocorridas no fim do século XX impuseram novos arranjos institucionais e espaciais aos Estados nacionais, inserindo-os de maneira subalterna nas dinâmicas da acumulação flexível e da globalização financeira. No contexto brasileiro, o período que se segue à redemocratização é marcado por uma forte contradição: ao mesmo tempo em que a Constituição de 1988 estabelecia as bases para um incipiente Estado de bem-estar social, as pressões macroeconômicas internacionais e as crises inflacionárias internas pavimentavam o caminho para a adoção de uma severa agenda neoliberal. É nesse cruzamento histórico que a reconfiguração da máquina pública deixa de ser um mero ajuste administrativo para se tornar um projeto de reordenamento territorial e social.

Nesse cruzamento histórico, a reconfiguração da máquina pública não pode ser interpretada como simples resposta técnica à crise inflacionária, mas como reorganização política das funções estatais em favor da institucionalização do mercado como princípio organizador da vida social. O neoliberalismo, conforme Dardot e Laval (2016), não implica retirada do Estado, mas sua reconfiguração ativa enquanto operador da norma concorrencial.

A problemática central que orienta o trabalho reside na investigação de como a reforma do Estado brasileiro, consolidada na década de 1990, reconfigurou a relação entre o poder público, o território e a esfera simbólica. O objetivo principal é analisar o desmonte das funções sociais do Estado em favor da consolidação de um modelo voltado à atração do capital estrangeiro e à privatização de infraestruturas estratégicas. Busca-se, ainda, compreender de que maneira essa transição Hegemonica subordinou a produção cultural e tecnológica aos mecanismos de mercado, transformando o que deveria ser um direito social em um ativo estratégico para o marketing corporativo, viabilizado por meio da renúncia fiscal.

Para fundamentar essa discussão, parte-se primeiramente da compreensão conceitual do espaço e do território, avançando para a análise histórica das privatizações. Em seguida, mobiliza-se o conceito gramsciano de hegemonia para entender a aceitação social dessas reformas, culminando na crítica ao modelo de financiamento cultural contemporâneo, que espelha a mercantilização da vida cotidiana.

A metodologia deste trabalho constitui um ensaio teórico fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de normativas de fomento. A pesquisa mobiliza o conceito de território como espaço apropriado e delimitado pelas relações de poder (SANTOS, 1996) e a categoria de hegemonia fundamentada na construção do consenso ativo da sociedade civil (GRAMSCI, 2001). O delineamento metodológico orienta a compreensão de como a burocracia legitima a conversão da cultura em um mercado

estruturado. O percurso analítico demonstra a transição do espaço geográfico para um território normatizado pelo capital financeiro. A análise das leis evidencia a materialização do projeto neoliberal na superestrutura cultural (GRAMSCI, 2001). A investigação foca na instrumentalização do Estado para a mercantilização da produção de sentidos e a subordinação do trabalhador.

2. O Estado, o Território e a Espacialidade do Poder

O conceito de Estado, que tanto permeia as bibliotecas das ciências humanas, torna-se cada vez mais um fator de discussões e comparações tanto no campo acadêmico quanto no âmbito político, pois cabe ao Estado, de forma simplificada, atuar como intermediador de um determinado território, de um espaço geográfico, este último, conceito central para a geografia (MOREIRA, 1981). Para o geógrafo Milton Santos (1996), o espaço geográfico, em sua definição mais pura, constitui-se como “um conjunto social”, no qual se estabelece uma relação de reciprocidade entre um conjunto de ações e os objetos dispostos pela ação humana no meio.

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (1996, p.63) enfatiza que esse conjunto é “indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Assim, o espaço, por meio das ações humanas e dos processos históricos, técnicos e sociais, adquire o caráter de território pelo seu uso; não há território sem finalidade, sem um uso socialmente definido. Dessa forma, o território é, para além do “chão”, o espaço vivido, apropriado e organizado por uma sociedade. Ele constitui a materialidade espacial do poder, sobre a qual o Estado atua.

Entretanto, o território não deve ser compreendido apenas como espaço administrado, mas como arena de disputa entre projetos societários antagônicos. O Estado capitalista, conforme Poulantzas (1978), organiza-se como forma específica de mediação dessas disputas, oferecendo estrutura flexível capaz de unificar os interesses do bloco no poder, desorganizar as classes subalternas e produzir consentimento. O poder estatal, portanto, é expressão formal de uma correlação variável de forças.

Portanto, pode-se afirmar que o Estado, enquanto instância detentora e reguladora do território, exerce funções de normatização, regulação e ordenamento do uso territorial, configurando o espaço como palco das relações de poder de uma determinada sociedade (SANTOS, 1996; 2001).

2.1 A Reforma do Estado e a Lógica Neoliberal nos Anos 1990

Com isso, compreendendo o Estado como materialização do poder, torna-se fundamental revisitar a história do Estado de direito brasileiro e suas nuances, em especial o período do governo de FHC¹ (1995-2002), quarto governo pós-redemocratização do

¹ Sigla utilizada para se referir aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da

Brasil. Nesse cenário, o que se manifesta no âmbito político é um Estado sustentado por uma jovem democracia, ainda fragmentada e fragilizada, que, por sinal, ainda reverbera cicatrizes de um passado autoritarista e colonial.

O contexto histórico que se instaurava nos anos 1990 era marcado por uma globalização² em pleno voo, que impunha ao Brasil a necessidade de uma reforma do Estado, uma vez que esse processo reduzia sua autonomia e aprofundava uma crise, na medida em que o Estado se via cada vez mais condicionado às dinâmicas das empresas multinacionais e transnacionais (BRESSER-PEREIRA, 1998). Portanto, o território passa a ser disputado pelos setores público e privado. De um lado, as empresas privadas, imersas na lógica capitalista, avançam sobre o território; de outro, esse processo coloca o Estado brasileiro em uma profunda contradição, uma vez que ocorre o desmonte do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, segundo as palavras de Milton Santos (2001), o humanismo enquanto modelo de governabilidade é substituído por um consumismo voraz, que assume uma perspectiva fundamentalista, impulsionada pelas nações com o intuito de adotar políticas voltadas à chamada “boa vizinhança” com as empresas globais.

Todavia, essa “necessidade” não se configurava como imposição externa inevitável, mas como construção política interna. A reforma administrativa representou um momento de redefinição estratégica do papel estatal: o Estado não foi reduzido, mas reorientado para assegurar as condições econômicas e extraeconômicas da acumulação. Polanyi indica que o *laissez-faire*, nunca foi espontâneo; trata-se de projeto social que exige expansão administrativa para viabilizar a concorrência (POLANYI, K. 2000).

No Brasil, a reforma do Estado se deu nesse momento, em especial devido à hiperinflação, que assolou a economia brasileira e levou milhares de pessoas à miséria, tornando tal reforma impreterível. Contudo, essa reforma administrativa transformou a noção de Estado em tema central no Brasil de 1995, com a posse do então presidente Fernando Henrique Cardoso, acentuando a necessidade de mudanças para a sociedade brasileira. Além disso, abriu-se a possibilidade de ajuste fiscal e, por outra via, construiu-se a ideia de um país mais moderno. Segundo Bresser-Pereira (1998), a proposta era inovar, constituindo um serviço público profissional e eficiente, no qual a principal preocupação

República do Brasil, exercidos entre 1995-1998 e 1999-2002, no âmbito do Poder Executivo Federal.

² Entende-se a globalização a partir da conceituação de Milton Santos em seu livro *Por uma outra globalização* (2000), no qual o autor a define como um processo histórico de alcance global, marcado pelo pensamento único (colonizador) e que, portanto, subordina os territórios e os Estados à lógica capitalista. Ao mesmo tempo, o autor aponta a possibilidade de uma globalização orientada por perspectivas humanistas; contudo, é realista em observar que para Estados como o Brasil, esse processo ainda se manifesta sobretudo pela perversidade e pela escassez de recursos e na limitação da capacidade de ação estatal.

seria atender às demandas da população (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A materialização dessa reorientação ocorreu por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. O documento dividiu a atuação estatal em núcleo estratégico, atividades exclusivas e serviços não exclusivos. A cultura foi classificada estritamente como um serviço não exclusivo. Essa categorização jurídica justificou a transferência da execução das políticas culturais para o mercado e para o terceiro setor sob o conceito de publicização (BRESSER-PEREIRA, 1998). O Estado deixou de ser o provedor direto para atuar como regulador, consolidando a infraestrutura administrativa necessária para a mercantilização do setor cultural. A máquina pública foi reestruturada para garantir que a produção simbólica passasse a operar sob a lógica da concorrência privada.

3. As Privatizações como Engenharia Institucional do Mercado

A reforma do Estado reorganizou a espacialidade do mercado por meio das privatizações. Esse processo não deve ser interpretado apenas como venda de ativos, mas como institucionalização do mercado enquanto forma dominante de coordenação social. O Estado atua como engenheiro institucional da concorrência, redefinindo marcos regulatórios e garantindo segurança jurídica ao capital transnacional. Trata-se de reorganização estrutural da relação entre Estado e capital, fenômeno que Arrighi (2003) identifica como típico de períodos de expansão financeira e reestruturação sistêmica.

As privatizações criaram novos mercados e novas regras de favorecimento do capital estrangeiro. Longe de indicar desaparecimento do Estado, esse movimento revela sua atuação estratégica na reorganização das hierarquias territoriais e na redefinição da inserção periférica do Brasil na economia mundial.

Apesar do discurso oficial centrado na eficiência pública, a materialização dessa agenda revelou outros contornos. Portanto, ao analisar a questão sob uma perspectiva da Sociologia Econômica, é possível destacar que a reforma do Estado não teve apenas um papel administrativo, pois seus efeitos também se manifestaram no território e na organização do mercado brasileiro. É importante ressaltar que houve uma mudança significativa na forma como o mercado passou a se estruturar, pois o governo FHC, por meio de sua reforma, reorganizou a espacialidade do mercado a partir do processo de privatizações. As privatizações construíram uma nova narrativa de disputa territorial, na qual o controle e a gestão das infraestruturas, das estratégias, das redes técnicas e dos fluxos territoriais passaram a servir ao capital estrangeiro, configurando, portanto, um espaço de atuação dos agentes privados (SANTOS; 1996; 2001).

A análise das privatizações e dos fluxos de capital em solo brasileiro é indissociável da compreensão de seus impactos e efeitos sobre o território, pois tais processos reorganizam poderes, usos, desusos e dinâmicas espaciais. O Estado diante das

privatizações passou a atuar como construtor institucional do mercado, pois as privatizações criaram novos mercados e novas regras de favorecimento do capital estrangeiro conforme salienta Belieiro Jr. (2007, p. 120):

Para fazer valer suas tarefas de governo, especialmente num contexto reformista, a engenharia política de FHC precisou ser eficiente para garantir um mínimo de operacionalidade ao governo. A conquista da maioria parlamentar através da aliança do PSDB com o maior partido da direita brasileira, o PFL, foi fundamental nesse sentido. Num quadro de muitos partidos de uma cultura política individualista, FHC conseguiu montar uma estratégia política concentrando poderes em arenas restritas, buscando dessa forma, minimizar os conflitos dentro do sistema político. Dessa forma, FHC conseguiu aprovar muitas medidas de seu ideário reformista, contrariando interesses e desconsiderando o caráter impopular das medidas.

A proposta de FHC era facilitar a modernização econômica do Brasil e reduzir as barreiras estatais que tinham como objetivo conter o avanço do capital estrangeiro. Acreditava-se que fomentar o capital estrangeiro seria uma alternativa viável para alcançar essa modernização. Contudo, a reforma exigia que grandes empresas nacionais, especialmente dos setores de infraestrutura e áreas estratégicas, fossem transferidas para o setor privado. A reforma do Estado exigia que as grandes empresas estatais, até então detentoras de setores estratégicos de infraestrutura no país, passassem para as mãos do setor privado, conectando o Estado à lógica neoliberal e na promessa de um Estado que enxugava dívidas e baixa produtividade, segundo Ademir Karling (2019, p. 40).

O processo de privatização começou com a Light, geradora e distribuidora de energia elétrica. Os anos de 1995 e 1996 totalizaram 19 desestatizações gerando uma arrecadação de US\$ 5,1 bilhões. No ano de 1997 a privatização continuou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O caso da mineradora foi o mais conturbado e sua venda teve o menor apoio político uma vez que era eficiente e a maior exportadora do país. Para realizar sua venda, o governo precisou vencer inúmeras ações judiciais. A partir de 1997, a privatização brasileira ganhou novas dimensões, pois anteriormente estava restrita praticamente à venda de empresas e participações incluídas no PND. Neste ano as privatizações no âmbito estadual foram intensificadas, contando com o apoio do BNDES.

A década de 1990 marcou o ponto de virada na reorganização do financiamento cultural brasileiro. Os governos posteriores não promoveram uma ruptura significativa com tal modelo, mas sim uma acomodação sob nova legitimação política.

A centralidade da renúncia fiscal, a permanência da mediação empresarial e a preservação da iniciativa privada como instância decisiva na seleção, na visibilização e circulação dos projetos culturais indicam que o deslocamento do Estado da condição de financiador direto para a de operador institucional do mercado não se encerrou com o ciclo reformista de Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário, consolidou-se como instrumento de gestão do fundo público no campo da cultura. Tal permanência é relevante porque demonstra que a mercantilização da produção simbólica não depende apenas da origem ideológica de um governo, mas também de mecanismos institucionais já estabilizados, nos

quais o poder público mantém presença formal, embora a decisão efetiva sobre os fluxos do financiamento permaneça fortemente subordinada à lógica empresarial, como observam Melo (2022) e Pilão (2017).

Essa continuidade pode ser melhor compreendida a partir da interpretação de Singer (2009) acerca do Lulismo. Ao sustentar que o Lulismo expressa politicamente uma fração de classe ampla, mas incapaz de se organizar autonomamente a partir de sua própria base, Singer oferece uma chave importante para explicar como os governos Lula combinaram inclusão material dos mais pobres, expansão do mercado interno e redução expressiva da pobreza com baixa politização do conflito social. A geração de empregos, a ampliação do consumo e a dinamização do setor de serviços produziram efeitos concretos sobre a qualidade de vida da classe trabalhadora, mas o fizeram por meio de uma mediação despolitizada, que não exigia ruptura aberta com os dispositivos institucionais herdados da década de 1990.

No campo cultural, isso ajuda a compreender por que a ampliação do discurso sobre diversidade, cidadania cultural e democratização do acesso pôde coexistir com a manutenção de um regime de financiamento baseado na transferência de poder decisório à iniciativa privada. Em outros termos, a incorporação social dos de baixo não implicou a superação da forma mercantil de organização do fomento.

As alianças construídas com o MDB e com outros partidos do chamado “centrão”, bem como a permanente necessidade de sinalização aos mercados e aos setores dominantes da economia para Singer (2009), elas aparecem como dimensão constitutiva de um arranjo político voltado à administração moderada da contradição de classes, no qual o fortalecimento do Lulismo em detrimento do petismo expressa justamente a substituição de uma identidade político-partidária marcada por uma forma de liderança capaz de articular conciliação, estabilidade e inclusão limitada. É nesse ponto que a permanência do modelo de financiamento cultural baseado em renúncia fiscal ganha maior inteligibilidade: não se trata de um simples resíduo técnico ou de mera inércia administrativa, mas de uma expressão coerente de uma forma de governo que procurou ampliar direitos e reduzir a pobreza sem deslocar de modo frontal os dispositivos centrais de poder do capital. A cultura foi valorizada no plano discursivo como direito, mas sua base material de financiamento seguiu organizada segundo critérios empresariais, publicitários e mercantis.

A leitura de Boito Jr. (2022) permite radicalizar esse diagnóstico. Se, em Singer (2009), o Lulismo aparece como fórmula de incorporação despolitizada dos subalternos, em Boito (2022) a ênfase recai sobre os limites de classe desse arranjo e sobre a centralidade das frações burguesas na sustentação dos governos petistas. Nessa perspectiva, o alinhamento com setores conservadores não foi mero efeito colateral da governabilidade, mas condição mesma da viabilidade política do governo. Aplicada ao problema deste artigo,

essa formulação permite sustentar que a manutenção do regime privado de financiamento cultural não foi uma contradição secundária diante de um projeto supostamente antineoliberal, mas parte de um padrão mais amplo de gestão estatal que operou no interior dos limites fixados pelo bloco no poder. Mesmo quando expandiram políticas sociais e atribuíram maior densidade pública à linguagem da cidadania cultural, os governos Lula e Dilma preservaram mecanismos estruturais que mantiveram o mercado como instância decisiva na alocação do fundo público. A permanência da renúncia fiscal e do controle empresarial do fomento revela, assim, não apenas a sobrevivência de instrumentos criados nos anos 1990, mas a continuidade histórica de um modelo neoliberal administrado sob uma gramática política distinta.

A engenharia institucional do mercado revela a sua contradição na forma de financiamento dessas privatizações (OLIVEIRA, 2010). O discurso governamental reformista justificava a venda do patrimônio público apoiando-se na crise fiscal do Estado e na suposta ineficiência da máquina (BELIEIRO JR., 2007). O poder público, contudo, utilizou os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar ativamente os consórcios privados que adquiriram as infraestruturas estatais (OLIVEIRA, 2010). A utilização de fundos públicos para viabilizar a compra de empresas estatais comprova que a reforma não visou a retração do Estado, mas a sua mobilização direta para capitalizar o mercado e entregar o território ao capital transnacional (DARDOT; LAVAL, 2016; ARRIGHI, 2003).

Diante desse processo de privatizações, como no caso da Light, o que se evidencia é a ausência de critérios consistentes e de objetivos claramente definidos para a venda da empresa, além do claro desmonte das funções estatais. Além dos casos exemplificados acima, é importante destacar que as vendas foram realizadas sem estudos aprofundados e de maneira extremamente rápida, com preços reduzidos e sem qualquer análise prévia de seu valor de mercado. Soma-se a isso a inexistência, naquele momento, de agências reguladoras capazes de acompanhar e fiscalizar adequadamente o processo. O surgimento tardio e a atuação limitada dessas agências chamam atenção, sobretudo porque toda privatização deveria passar por um processo de avaliação minuciosa, algo que não ocorreu em grande parte das operações realizadas nos anos 1990, segundo Belieiro Jr. (2007, p. 119):

(...) Para setores ideológicos mais nacionalistas, a capacidade de planejamento estratégico do governo ficaria seriamente comprometida, na medida em que setores como distribuição de energia elétrica e telecomunicações estavam de fato sendo transferidos às mãos do setor privado. O governo respondia que era impossível para um Estado endividado continuar mantendo tantas empresas, algumas delas necessitando de profundo enxugamento com vistas a melhorar a produtividade e baixar custos. Por isso, melhor seria deixá-las sob o cuidado de capitalistas.

Contudo, o que se observa, de maneira recorrente, é a construção de uma narrativa única, segundo a qual a privatização se apresenta como a única solução possível para os

problemas estruturais do Estado. A defesa realizada por organismos internacionais, pelo capital estrangeiro e pelas elites econômicas evidencia como a lógica neoliberal se consolidou no debate público. Ao mesmo tempo, torna-se possível constatar que essa narrativa opera também no sentido de promover o apagamento do Estado, substituindo-o por uma supervalorização das políticas neoliberais e de seus pressupostos.

A atuação do Estado na organização da concorrência materializa a premissa de que o livre mercado é um projeto político dependente da expansão administrativa (POLANYI, 2000). O arranjo institucional brasileiro mobilizou a burocracia para transformar direitos sociais em dinâmicas de mercado. A teoria evidencia que o capital requer a mediação estatal para enquadrar novas dimensões na lei da oferta e da demanda. A produção cultural passa a operar sob a lógica das mercadorias fictícias, definidas como elementos que não foram originariamente produzidos para a venda, mas que são precificados pelo sistema (POLANYI, 2000). O Estado atua como o fiador jurídico central dessa mercantilização. O poder público estrutura o território nacional e o imaginário social em função da acumulação capitalista. A normatização estatal viabiliza a extração de valor dos bens culturais e a sua inserção na racionalidade empresarial.

4. Hegemonia às Avessas e o Consenso de Mercado

Essa incapacidade estatal, todavia, não deve ser interpretada apenas como uma falha de gestão administrativa, mas como o resultado de uma reconfiguração das relações de força no interior da sociedade civil e política. Para compreender essa dinâmica profunda, faz-se necessário recorrer ao conceito de hegemonia elaborado por Gramsci (1968). A hegemonia, nesta perspectiva teórica, não se resume ao exercício da força ou da coerção policial, mas constitui-se fundamentalmente pela capacidade de uma classe dominante exercer uma direção intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade, obtendo o que o autor chama de consenso ativo dos dominados.

No caso brasileiro, a hegemonia neoliberal não se consolidou apenas pela estabilidade monetária, mas pela transformação da racionalidade administrativa do próprio Estado, que passou a traduzir direitos sociais em problemas de eficiência e cidadania em performance econômica. A estabilidade do Plano Real funcionou como base material para legitimar essa racionalidade concorrencial. Essa dinâmica revela que o consentimento não se deu por identidade ideológica plena, mas por coerção econômica difusa, mediada pelo medo da instabilidade e pela internalização da lógica da inevitabilidade do mercado.

No contexto da reforma do Estado brasileiro na década de 1990, a implementação das políticas neoliberais não ocorreu apenas por imposição externa, mas pela construção interna de um consenso. Dessa forma a abertura de mercado e a redução da esfera pública eram os únicos caminhos viáveis para a modernização nacional (OLIVEIRA, 2010). Esse

processo de convencimento opera através dos aparelhos privados de hegemonia descritos por Gramsci (1968), como a mídia e o sistema educacional, que disseminam a ideologia da classe dirigente. A estabilidade monetária trazida pelo Plano Real funcionou como o alicerce material para essa construção ideológica, levando a sociedade civil a crer que a eficiência técnica do mercado deveria sobrepor-se à lógica política do bem-estar social.

Contudo, a transposição do conceito gramsciano para a realidade brasileira exige mediações específicas, uma vez que a nossa formação social difere da europeia. É nesse ponto que a análise de Oliveira (2010) sobre a hegemonia às avessas se torna crucial para entender o período histórico em questão. Segundo o autor, o que se instaurou no Brasil não foi uma hegemonia clássica baseada em uma reforma moral, mas uma dominação onde a classe trabalhadora consente com a direção política do capital financeiro não por identidade de valores, mas pela coerção muda da economia e pelo medo da instabilidade inflacionária.

Dessa forma, a reforma administrativa do Estado, sob o pretexto de eficiência e modernidade, serviu para adaptar a estrutura estatal à lógica de acumulação do que Mézáros (2002) define como o metabolismo social do capital. Para o autor, em períodos de crise estrutural, o capital não pode mais tolerar barreiras à sua expansão, exigindo que o Estado drene recursos da esfera pública, como saúde e educação, para sustentar a taxa de lucro das empresas privadas. A reforma do Estado, portanto, configura-se na prática como um mecanismo de transferência de riqueza pública para o setor privado, validada socialmente pela ideologia da competência técnica.

5. A Cultura como Ativo Econômico e a Precarização do Trabalho

A reconfiguração do Estado e a privatização das infraestruturas garantiram as bases estruturais para a mercantilização do território imaterial (ORTIZ, 1991). A manutenção do projeto neoliberal exige o domínio sobre a produção de sentidos para assegurar a validação social do mercado, configurando o mecanismo de hegemonia às avessas (OLIVEIRA, 2010). O território passa a abranger as redes técnicas e o consumo massificado de bens culturais padronizados. A cultura é absorvida como um setor estratégico de acumulação. A dominância financeira impõe a conversão das práticas locais em ativos econômicos. Esse processo alinha a subjetividade da população à racionalidade concorrencial para formar o consenso ativo (GRAMSCI, 2001). A privatização da produção cultural esvazia o caráter político da organização coletiva e naturaliza a lógica mercantil nas relações sociais.

Essa subordinação do Estado impacta diretamente a organização do território e a produção cultural, transformando a cultura em um ativo de mercado. Ao tratarmos desse tema, não podemos ver a cultura como um campo isolado, mas como um espaço de disputa atravessado pela lógica mercantil, conforme aponta Ortiz (1991). O autor argumenta que a modernidade e o mercado tendem a desenraizar as práticas culturais de seus contextos

locais, transformando-as em mercadorias globais padronizadas. No Brasil pós-reforma, o Estado deixou de ser o garantidor da diversidade para se tornar um facilitador das indústrias culturais, que ocupam o território simbólico com padrões de consumo alheios à realidade nacional. Nesse sentido, Farias (2007), conceitua que o período pós-industrial se tornou o berço da centralização da informação e da comunicação como forças produtivas. Isto é, o poder e o controle do saber, que outrora se concentravam no Estado, passaram a ser distribuídos. O poder estatal transformou-se em uma gestão tecnocrática, enquanto o conhecimento e a comunicação tornaram-se elementos de disputa e fundamentos de autoridade, constituindo uma nova estrutura social mais complexa, globalizada e móvel, visto que o poder está centrado no controle das forças produtivas, ou seja, no que o autor, em concordância teórica com Ortiz (1991), intitula de economia simbólica. Portanto, é possível constatar que há uma íntima relação entre o valor simbólico e o valor econômico, especialmente, na era moderna. Tais dinâmicas são configuradas através da cultura, pois, uma vez que, a cultura passa a ser instrumentalizada como campo estruturado das relações de produção, consumo e circulação, sua função social também se articula a interesses econômicos que fomentam a economia simbólica e consequentemente se associando à lógica de mercado.

Trazendo à luz a economia simbólica como chave analítica para a compreensão das formas culturais da atualidade, vale ressaltar que os bens culturais fundamentalmente, não devem ser classificados puramente a partir de uma perspectiva econômica ou simbólica, visto que ambas as classificações são dimensões que implicam ao valor cultural. Contudo, a cultura, nos escritos de Farias (2007; 2014), passa a ser compreendida como um espaço no qual significados sociais e simbólicos são produzidos, se reorganizam, circulam e são articulados conforme os mecanismos e as necessidades do mercado, consolidando um regime no qual a cultura se torna um princípio de valorização ou desvalorização econômica.

Com isso, ao analisar as obras de Ortiz (1991), no que se refere à sua perspectiva de mundialização da cultura, e às articulações entre economia e faces culturais, assim como as de Farias (2005; 2007), no que diz respeito às suas reflexões acerca da economia simbólica e da cultura popular contemporânea, e, por fim as contribuições de Santos (1998), acerca da expansão do meio técnico-científico-informacional, torna-se possível construir um esboço teórico, ainda que breve, relacionando o contexto político-econômico fomentado pelos governos FHC por meio da reforma do Estado, e perpetuado pelos governos Lula e Dilma, o que resultou no intenso financiamento privado e na agregação de valor à cultura.

É justamente em detrimento do modelo reformista de FHC que se pautam a maior parte das transformações político cultural dos anos 1990 no Brasil, pois o modelo de governo de FHC estruturou uma inflexão no financiamento cultural brasileiro, especialmente com a política de descentralização administrativa e a transferência do setor cultural como responsabilidade do setor privado. Nesse período instituíram-se mecanismos para que a

renúncia fiscal e as leis de incentivo à cultural fossem, em grande parte, baseadas nos interesses da iniciativa privada. Tal modelo, resguarda ao Estado o caráter mais coadjuvante, ou seja, o financiamento estatal direto passa a ser por meio de mecanismos indiretos de incentivo, fazendo com que o Estado tenha apenas o papel de estimular, incentivar e investir nos projetos culturais de capital privado, como já destacados nos exemplos da página anterior.

Em solo brasileiro, governos autointitulados progressistas têm como peculiaridade, de forma consciente, e não coincidência ou mesmo controvérsia, conduzir o Estado a assumir para si o papel de regulador do sistema, herança essa da reforma FHC que atribuiu à iniciativa privada o papel de agente financiador direto, ou seja, o papel principal. De maneira geral, é dada à iniciativa privada o controle, a mediação e a construção das estratégias do setor cultural, assim como questões de marketing, da visibilidade institucional e, em muitos casos, até mesmo a definição de cultura e do valor simbólico e cultural de um determinado espaço. Em um processo gradual de substituição, os governos Lula e Dilma sucessivamente promoveram e apoiaram uma concepção de Estado que abrange os mecanismos indiretos de incentivo à cultura, consequentemente a agenda neoliberal dos anos 2000.

Tais governos frequentemente promovem políticas públicas com o objetivo de democratizar a cultura, ampliar programas, o acesso à cultura e editais de incentivos cultural, porém, sem substituir suas raízes, em outras palavras, sem alterar a estrutura de financiamento cultural baseado na participação essencial do setor privado, colocando, assim, a cultura como produto e como espaço privilegiado da economia simbólica, e o meio técnico-científico-informacional como parte condutora da agregação de valor, vinculados às bases do neoliberalismo, independentemente de quaisquer políticas públicas já desenvolvidas voltadas ao bem-estar populacional, mas sim como estruturadores das condições circulação e legitimidade dos bens culturais (FARIAS, 2007; SANTOS, 1998).

No capitalismo financeirizado, a cultura transforma-se em ativo estratégico e instrumento de valorização simbólica do capital. A financeirização da vida social expande a lógica mercantil para esferas anteriormente protegidas, convertendo direitos sociais em ativos reputacionais.

Nesse horizonte, o mercado da cultura consolida-se não apenas como um espaço de trocas simbólicas, mas como uma engrenagem econômica regida pelas leis do valor de troca, onde a produção cultural é submetida aos ditames da indústria. Segundo Ortiz (1991), a constituição desse mercado implica a adaptação dos bens culturais a um padrão internacional-popular, desenhado para atender ao consumo de massa globalizado. Essa lógica de mercado, ao penetrar a esfera da cultura, reorienta a criação artística, que deixa

de priorizar a expressão autêntica de uma identidade ou território para buscar a rentabilidade imediata e a reprodutibilidade técnica, gerando uma cultura de superfície que serve mais à integração no consumo mundial do que à formação crítica dos cidadãos.

Para aprofundar a compreensão desse fenômeno, Valéria Pilão (2017) propõe uma análise da cultura que transcende a visão antropológica clássica, baseada no reconhecimento plural das formas de expressão humana, para inscrevê-la nos processos contemporâneos de acumulação de capital. Nessa perspectiva, a cultura deixa de ser apenas uma dimensão superestrutural para se tornar um serviço estratégico e uma mercadoria essencial à reprodução do capital. Como serviço, ela atua no âmbito do marketing cultural para agregar valor a marcas e imagens urbanas; como mercadoria, serve de conteúdo indispensável para a realização de produtos de alta tecnologia, como aparelhos eletroeletrônicos e informacionais. Assim, a autora define a cultura no século XXI como uma "argamassa" de projetos nacionais que, simultaneamente, opera como setor econômico gerador de renda e ativo para a valorização financeira.

O controle empresarial sobre o fomento cultural encontra evidência empírica na análise da gestão da memória por grupos privados, configurando o que se denomina como estudo de caso do Museu Hering. Segundo Voigt (2024), a estruturação de museus vinculados a organizações corporativas opera a conversão de acervos históricos em 'semióforos', ou seja, objetos que, ao serem investidos de significação pública, geram valor simbólico passível de mensuração econômica para a marca mantenedora. A investigação demonstra que a preservação do patrimônio industrial pela Fundação Hermann Hering não constitui uma ação isolada de salvaguarda, mas uma estratégia de memorialização que visa à consolidação reputacional da empresa no mercado consumidor.

Este processo é operacionalizado pela estrutura de renúncia fiscal, na qual o Estado, ao atuar como mediador institucional da norma concorrencial, subsidia a construção de narrativas corporativas no território simbólico nacional. No caso em tela, a história técnica e laboral é reconfigurada como insumo de marketing cultural, permitindo que a iniciativa privada determine a ocupação de espaços de memória por meio de recursos de desoneração tributária que, em última análise, representam a aplicação de capital público sob gestão e critérios estritamente privados.

A instrumentalização da memória transcende casos isolados para se consolidar como um modelo de gestão em que instituições museológicas assumem a função de ativos econômicos. Conforme demonstram do Monte, Pompeu e Holanda (2022), a estruturação de museus corporativos opera sob a lógica do place branding (gestão de marca de lugar), em que a infraestrutura cultural é mobilizada para atrair investimentos e diferenciar a corporação em um mercado competitivo. Nessa dinâmica, o território e seu patrimônio

histórico são absorvidos como extensões da imagem da empresa, validando empiricamente a premissa teórica de que a cultura atua como base para a valorização financeira.

As implicações dessa gestão privada do patrimônio evidenciam a sistemática exclusão de narrativas divergentes no interior do espaço social. A pesquisa de Voigt e Rankel (2025) sobre a construção da memória oficial atesta que a musealização gerida por lógicas mercantis resulta em uma formatação higienizada da história, que omite as tensões de classe e as contradições do mundo do trabalho. A consequência observada é o apagamento da classe trabalhadora da memória institucional, mecanismo que consolida a dominação das elites locais e transforma a cultura em um vetor de reprodução da hegemonia neoliberal.

A viabilidade estrutural desse apagamento narrativo é garantida pela própria engenharia do fomento governada pela demanda de mercado (*demand driven*). Nesse modelo, a alocação do fundo público torna-se refém da atratividade publicitária, o que substitui a territorialização dos direitos culturais pela financeirização do espaço. O investimento estatal, em vez de atuar na mitigação de desigualdades regionais e simbólicas, concentra-se estruturalmente nos circuitos e projetos que asseguram a maximização do retorno de imagem para as corporações financiadoras.

A consolidação desse modelo de empreendimento também é sustentada pela perspectiva de revitalização do espaço cultural e seus entornos, inserida da ideia de modernização e contemporaneidade difundida nos espaços artísticos como uma solução bem-sucedida (ORTIZ, 1991). Como no caso do museu de Guggenheim ou efeito Bilbao, um edifício metálico, fundado em 1997, como um símbolo sem base, pois em termos urbanísticos, o mesmo é um ícone desvinculado do tecido urbano local e das práticas artísticas pertencentes à cidade, em Bilbao, na Espanha (SPANISH MUSEUMS, 2025).

Nesse contexto, a iniciativa privada comprometeu-se a promover um empreendimento milionário com o intuito de revitalizar o espaço cultural e atrair novos investimentos para a cidade. No entanto, o processo resultou no apagamento cultural e identitário da região, além de gerar renda de monopólio, portanto, o poder público assume os riscos ao conceder autonomia a iniciativa privada, bem como ao investir em infraestrutura urbana, como a melhoria de ruas, avenidas e sistemas de transporte no entorno do museu. Enquanto, o setor privado concentra os lucros, uma vez que a população enfrenta a escassez de espaços culturais efetivamente inclusivos. Como consequência mais alarmante, observa-se a expulsão das populações historicamente residentes no entorno do museu, em detrimento do encarecimento dos bairros adjacentes, em especial, no que se refere à valorização imobiliária (AINVEST, 2025). De maneira geral, a cultura novamente se torna instrumento da iniciativa privada como meio para a especulação imobiliária, tornando-se essa a real função do projeto Guggenheim (ORTIZ, 1991).

Segundo o portal de notícias Europa Press País Vasco (2022), em 2021, trabalhadoras do setor de limpeza do museu Guggenheim entraram em greve por cerca de nove meses. Suas reivindicações centravam-se nas condições precárias de trabalho, incluindo jornadas externas que podiam até 51 horas semanais, além da clara desigualdade de gênero. Apesar do apelo institucional pautado no conceito de modernidade e na contemporaneidade, o próprio museu não contribuía para a equidade entre seus trabalhadores, sendo, que no caso das mulheres, a remuneração girava em torno de 5 euros por hora, abaixo do estipulado pelo Estado espanhol (cerca de €7,5–€7,8/hora). Com isso, embora o museu seja frequentemente associado à revitalização urbana e a modernização do espaço cultural, suas contradições internas tornam-se evidentes na forma como o trabalho dessas grevistas é desvalorizado, tanto na forma como alguns portais de notícia e especialistas se referem a ele. Segundo The Guardian (2022), o empreendimento deve ser interpretado como uma “intervenção imperialista”.

Contudo, é sabido que, independentemente do Estado, seja ele o brasileiro ou o espanhol, como demonstrado acima, ambos estão sujeitos e são passivos às remodelagens provenientes da iniciativa privada, que busca se apropriar dos espaços culturais e instrumentalizá-los. Em muitos casos, essa apropriação é justificada em nome da modernidade, da revitalização urbana ou até mesmo da própria cultura. Trata-se apenas de um movimento característico da cultura enquanto produto do neoliberalismo.

A convergência empírica desses estudos (VOIGT, 2024; DO MONTE et al., 2022; VOIGT; RANKEL, 2025) consolida, portanto, a tese de que o aparato burocrático atua deliberadamente para garantir o que Francisco de Oliveira (2010) conceitua como “hegemonia às avessas”. Ao transferir a curadoria da memória e do território para a gestão privada por meio da desoneração tributária, o Estado atesta sua funcionalidade direta como instituição do mercado. O arcabouço normativo do fomento consolida-se como um mecanismo legal de apropriação do patrimônio público, essencial para a expansão contínua do capital corporativo.

Essa mercantilização dialoga intrinsecamente com a tecnologia ao reconfigurar a própria cadeia produtiva do trabalho cultural, inserindo o trabalhador da cultura em novas dinâmicas de exploração. Menger (2005) observa que o artista, neste contexto, torna-se o protótipo do trabalhador flexível exigido pelo capitalismo contemporâneo, submetido a regimes de trabalho intermitentes e precários. A tecnologia atua dualmente, pois amplia os canais de distribuição, mas fragmenta a cadeia produtiva, pulverizando os empregos e transferindo os custos e riscos da produção para o próprio trabalhador, consolidando a precarização como modelo de gestão da força de trabalho no setor cultural.

A tecnologia, nesse cenário, desempenha um papel ambivalente e central na manutenção dessa hegemonia. Longe de ser uma ferramenta neutra de progresso, a

tecnologia informacional, conforme discutido por Harvey (1993), é utilizada para comprimir o tempo e o espaço, acelerando o giro do capital e a acumulação flexível. A inserção do Brasil na globalização via consumo de tecnologias importadas, sem o desenvolvimento de uma soberania tecnológica, aprofunda a condição de subalternidade do país. O Estado, ao invés de fomentar uma tecnologia voltada para as necessidades sociais, prioriza a infraestrutura necessária para que as empresas multinacionais operem no território nacional com a mesma fluidez que operam em seus países de origem.

Essa dinâmica reflete a transição para um modelo onde a precarização do trabalho e a instabilidade torna-se a norma aceita socialmente. A hegemonia neoliberal utiliza-se dessa insegurança, como parte da condição pós-moderna, para disciplinar a força de trabalho (HARVEY, 1993). O discurso do empreendedorismo transfere para o indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, isentando o Estado e o sistema econômico de suas contradições estruturais. Isso gera uma fragmentação social que dificulta a organização coletiva necessária para disputar os rumos das políticas públicas.

Além disso, a cooptação da cultura e da política pela esfera financeira cria um cenário onde a democracia corre o risco de se tornar meramente formal. Oliveira (2010) alerta que, na vigência da hegemonia às avessas, a política é esvaziada de seu conteúdo transformador e se converte em mera administração da ordem existente. Os partidos políticos e as instituições estatais passam a operar em um limite estreito definido pelos interesses do mercado financeiro, tornando inviável qualquer política que ameace a estabilidade dos contratos e o pagamento da dívida pública, independentemente das demandas sociais.

A privatização do sistema de telecomunicações na década de 1990 estruturou a base técnica necessária para a mercantilização da cultura. A tecnologia funciona como instrumento de fragmentação do trabalho cultural e opera a compressão do tempo e do espaço para acelerar o ciclo de acumulação do capital (HARVEY, 1993). O produtor cultural é inserido em regimes intermitentes para alimentar os meios de distribuição corporativos, consolidando a figura do trabalhador hiperflexível (MENGER, 2005). A ausência de soberania tecnológica subordina o setor cultural brasileiro às infraestruturas de corporações transnacionais. A convergência entre redes técnicas privadas e o mercado de bens culturais consolida a precarização estrutural (MENGER, 2005). O fazer artístico é reduzido a um insumo produtivo para a extração de valor e manutenção da hegemonia financeira no território nacional.

6. Políticas Culturais e a Renúncia Fiscal: O Controle Empresarial do Fomento

A instrumentalização mercadológica abordada anteriormente ganha amparo legal

e institucional através das alterações nos mecanismos de incentivo. Nas últimas décadas, as políticas culturais passaram por mudanças estruturais significativas, caracterizadas pela perda de protagonismo do Estado em favor da hegemonia dos mecanismos de mercado (MELO, 2022). Essa dinâmica consolida um modelo de provimento cultural caracterizado como "demand driven", guiado pela demanda neoliberal, no qual o poder público recua de seu papel de financiador direto e estabelece sistemas de incentivo fiscal (MELO, 2022). Nesse contexto, ocorre um fenômeno em que as leis estatais estimulam a dinâmica empresarial, transferindo a responsabilidade primordial do fomento cultural para a iniciativa privada e instaurando a submissão da cultura à lógica da acumulação capitalista (PILÃO, 2017).

A operacionalização dessa transferência de poder exige um aparato burocrático no qual o Estado repassa para as empresas os dados e os comprovantes de transferência referentes à renúncia fiscal. O poder público atua como um mediador institucional, validando os projetos culturais e emitindo as comprovações legais que autorizam as corporações a abaterem os valores investidos de seus impostos devidos, podendo chegar a uma dedução de 100% do Imposto de Renda devido, conforme estabelece a Lei nº 8.313/91, a Lei Rouanet (PILÃO, 2017). A assimetria do fomento é operacionalizada pela mecânica interna da própria legislação. O Artigo 18 da referida lei garante a dedução integral do valor investido no imposto corporativo para segmentos específicos. Essa isenção de 100% elimina o risco financeiro da empresa e transfere o custo total da operação para o Estado. Os projetos aprovados neste artigo coincidem com os produtos culturais de maior apelo comercial e potencial publicitário. A legislação estrutura um mecanismo exato onde o poder público financia o marketing corporativo das empresas. O formato exclui as expressões culturais que não se alinham à rentabilidade imediata do mercado, consolidando o controle hegemônico sobre a produção simbólica.

Dessa forma, o arcabouço administrativo estatal é mobilizado para legitimar a alocação de verbas que, em sua essência, deixam de ser recolhidas aos cofres públicos, chancelando legalmente o uso privado de montantes estatais (PILÃO, 2017).

Embora o discurso frequente aponte para um pretenso investimento privado na cultura, o mecanismo de comprovantes de renúncia fiscal demonstra que se trata fundamentalmente do uso de recursos públicos por entes privados (PILÃO, 2017). As leis de fomento, que inicialmente previam o uso de capital majoritariamente empresarial, passaram a lidar de forma predominante com o dinheiro público, configurando uma inversão empírica que contradiz as intenções originais da legislação (MELO, 2022). A posse desses dados e comprovantes fiscais confere às empresas a prerrogativa de direcionar fatias expressivas do orçamento estatal, colocando recursos que são de natureza pública sob o arbítrio e a decisão estritamente privada (MELO, 2022).

A consolidação dessa transferência documental e financeira gera, como

consequência direta, a profunda influência do controle empresarial na cultura. A empresa privada institui-se como a verdadeira definidora dos projetos culturais a serem executados, apropriando-se do uso dos recursos públicos para determinar o que será ou não produzido (MELO, 2022). Diagnósticos de gestores públicos chegaram a evidenciar que o Estado brasileiro, em determinados períodos, abandonou sua função de formular políticas culturais e simplesmente entregou essa tarefa ao mercado, transferindo o poder de escolha dos conselhos de políticas públicas para os departamentos de comunicação e marketing das grandes corporações (SANTANA, 2013).

O critério primordial para a seleção empresarial dos projetos culturais afasta-se do interesse público ou da diversidade antropológica e atrela-se estritamente à visibilidade mercantil. As empresas utilizam os comprovantes de transferência do Estado para financiar iniciativas que atuem como ferramentas de marketing cultural, um serviço que visa minimizar riscos e agregar valor corporativo à sua própria marca (PILÃO, 2017). Historicamente, grandes empresas estrangeiras, atraídas pelas privatizações da década de 1990, como as do setor de telefonia, encontraram nesse marketing cultural subsidiado pelo Estado uma forma rápida de tornarem suas logomarcas conhecidas e legitimadas perante a sociedade (PILÃO, 2017).

Sob esse controle empresarial, a cultura sofre um intenso processo de mercantilização, inserindo-se na lógica de reprodução do capital ora como prestação de serviço, ora como mercadoria (PILÃO, 2017). As produções culturais cumprem a função intermediária de valorizar a imagem corporativa ou mesmo a imagem de cidades nos moldes do planejamento estratégico urbano, contribuindo de forma institucionalizada para a acumulação capitalista (PILÃO, 2017). A lógica intrínseca a esse formato atrela os projetos culturais à necessidade de retorno midiático para as corporações financiadoras, afastando a cultura de seu caráter de direito social universal e de diversidade plena (MELO, 2022).

A análise de dados empíricos referentes a essas transferências evidencia que os maiores beneficiários desse modelo são os setores econômicos com forte tendência à monopolização e à alta lucratividade. Pesquisas detalhadas sobre o período de 2003 a 2013 atestam que, das 88 divisões de atividades econômicas existentes no Brasil, apenas 16 foram responsáveis por 86,86% do volume total de investimentos culturais via renúncia fiscal (PILÃO, 2017).

A adoção dos dados empíricos do período de 2003 a 2013 delimita a fase de consolidação do modelo guiado pela demanda do mercado nas políticas públicas brasileiras. Esse intervalo evidencia a maturação do projeto iniciado na década de 1990. As estatísticas demonstram a estabilização da transferência do planejamento cultural para as corporações privadas, mecanismo que opera a valorização simbólica do capital (PILÃO, 2017). Os indicadores de concentração regional e setorial desse decênio atestam a

subordinação estrutural da produção cultural à rentabilidade corporativa. O recorte expõe a formação de um mercado formatado para atender aos agentes financeiros. A lógica empresarial determina a exclusão de territórios e a padronização das expressões artísticas para atender aos ditames da reprodução do capital (PILÃO, 2017).

Além da concentração setorial, o controle empresarial derivado da transferência de dados e verbas estatais gera uma profunda desigualdade regional na distribuição do fomento. Como a decisão é pautada pelo marketing e pelo alcance de consumidores potenciais, os recursos concentram-se esmagadoramente nos grandes centros econômicos do país (MELO, 2022). Os dados demonstram, por exemplo, que apenas no ano de 2003 o estado de São Paulo concentrou cerca de 39% do total de repasses da Lei Rouanet, recebendo mais de 428 milhões de reais, enquanto o Rio de Janeiro reteve 26,70%, evidenciando a total exclusão e a desassistência financeira das regiões menos atraentes para a publicidade das corporações (PILÃO, 2017).

7. Considerações Finais

A trajetória da atuação estatal no Brasil a partir dos anos 1990 delineia uma contínua transferência das esferas de decisão pública para as lógicas privadas. Da reformulação administrativa, que justificou a desestatização de setores estratégicos e a reorganização do espaço geográfico sob os auspícios do capital estrangeiro, à atual conformação das políticas de renúncia fiscal, o que se consolida é a supressão do papel do Estado enquanto garantidor do bem-estar social e da diversidade humana. Essa supressão opera mediante a imposição de uma racionalidade tecnológica e administrativa que converte direitos em mercadorias fictícias, esvaziando a dimensão política das demandas sociais para enquadrá-las em critérios estritos de produtividade e de acumulação flexível.

Contudo, essa transferência não significa desaparecimento do Estado, mas sua reorientação estratégica. O Estado brasileiro consolida-se como instituição do mercado, operando a norma concorrencial como princípio organizador da política pública e como garantidor jurídico da financeirização da vida cotidiana. A máquina administrativa atua deliberadamente para desenraizar as práticas culturais de seus territórios materiais, subordinando-as aos fluxos do capital transnacional e inviabilizando matrizes que não ofereçam rentabilidade imediata para a economia simbólica.

A hegemonia neoliberal capturou o aparato produtivo e a superestrutura simbólica. E retomar o caráter público da cultura e da infraestrutura exige recolocar o Estado como campo de disputa e não como simples gestor técnico da economia, reconhecendo que suas formas institucionais expressam correlações de força historicamente determinadas. Desmistificar a pretensa neutralidade técnica do Estado é pressuposto estrutural para compreender como a burocracia legítima a alienação do patrimônio e a precarização do

trabalho. A crítica a esse modelo exige denunciar a instrumentalização da técnica, que sob a justificativa de eficiência gerencial perpetua a dependência nacional e a marginalização das classes subalternas.

A constatação de que o fomento à cultura se tornou indissociável das estratégias de marketing corporativo confirma a tese de que a hegemonia neoliberal conseguiu capturar não apenas o aparato produtivo material, mas também a superestrutura simbólica. A substituição do debate público pelas métricas de retorno publicitário, operada pela delegação de verbas públicas oriundas da isenção de impostos às grandes corporações, atesta a urgência de uma revisão crítica desses modelos. Para resgatar o valor essencial do território, do trabalho criativo e da autonomia tecnológica do país, faz-se necessário desconstruir a narrativa que naturaliza a eficiência do mercado frente às funções inalienáveis do Estado, retomando a disputa política pelo caráter público da cultura e da infraestrutura nacional, o que implica a articulação de um projeto contra hegemônico capaz de romper com a instrumentalização mercantil do aparelho estatal. A superação desse paradigma exige a reinstituição do controle democrático sobre o fundo público e sobre o planejamento estratégico, destituindo o capital corporativo da condição de árbitro das relações sociais. Trata-se de reivindicar a dimensão política do espaço, submetendo a normatização do território a umas práticas que assegure a desmercantilização da produção simbólica e a consolidação de uma soberania estrutural.

Referências Bibliográficas

AINVEST. *The Bilbao Effect and Urban Regeneration: Measuring the ROI of Iconic Cultural Projects*. 21 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ainvest.com/news/bilbao-effect-urban-regeneration-measuring-roi-iconic-cultural-projects-2512>. Acesso em: 11 abr. 2026.

ARRIGHI, Giovanni. **Globalização e macrosociologia histórica**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, p. 13–23, 2003.

BELIERO JUNIOR, J. C. M. **Notas de Análise Sobre a Era FHC (1994-2002)**. Revista Topos, v.1, n.1, Presidente Prudente, jul. 2007.

BOITO JR., Armando. *O conceito de fração burguesa e a grande burguesia interna*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2022. Texto para discussão.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EUROPA PRESS. Limpiadoras del Guggenheim desconvocan la huelga indefinida tras un acuerdo para una subida salarial del 20%. País Vasco, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.europapress.es/euskadi/noticia-limpiadoras-guggenheim-desconvocan-huelga-indefinida-acuerdo-subida-salarial-20-20220321133122.html>. Acesso em: 11 abr. 2026.

FARIAS, Edson Silva. A cultura popular na fisionomia da economia simbólica no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 127–151, jan. /jun. 2007.

FARIAS, Edson Silva. "Economia e cultura no circuito das festas populares". **Sociedade e Estado**, vol. 20, n. 03, set. /dez. 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

JONES, Sam. *Guggenheim Museum scraps Basque Country expansion plan after local protests*. The Guardian, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/dec/18/guggenheim-museum-scraps-basque-country-expansion-plan-after-local-protests>. Acesso em: 11 abr. 2026.

KARLING, Ademir Vilson. **As privatizações no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso nos editoriais da Revista Veja (1995–1998)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

MELO, Carlos Alberto Barreto Campelo de. **A política cultural entre o Estado e o mercado: a experiência brasileira de 2003 a 2006**. 2022. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

MENGER, Pierre-Michel. **Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo criativo**. Lisboa: Roma Editora, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PILÃO, Valéria. As diferentes formas de inserção da cultura no processo de acumulação de capital: a particularidade brasileira. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 13 jan. 2017.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 1978.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPAIN IN ENGLISH. *Plans to extend Bilbao Guggenheim near to protected nature reserve dropped*. 22 dez. 2025. Disponível em: <https://www.spainenglish.com/2025/12/22/plans-to-extend-bilbao-guggenheim-near-to-protected-nature-reserve-dropped>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SPANISH MUSEUMS. *Guggenheim Museum Bilbao*. Disponível em <https://www.spanishmuseums.org/spanish-museums-bilbao-guggeinheim.html>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. SP: Hucitec, 1998.

SANTANA, Marcela Silva de. **Cultura e política cultural: concepção de cultura nas políticas culturais do governo Lula (2003-2010)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DO MONTE, Ana Luiza Almeida; POMPEU, Randal Martins; HOLANDA, Marcus Mauricius. Museu corporativo como ativo cultural estratégico para fortalecer a marca Brasil. **Revista Brasileira de Marketing (ReMark)**, São Paulo, v. 21, n. Esp., p. 193-215, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VOIGT, Lucas. **Elites empresariais e estratégias de memorialização: legado histórico e usos econômicos da memória no Museu Hering (Blumenau, SC)**. Acervo, Rio de Janeiro,

Valença, Braga e Leite

O Estado como Instituição do Mercado: Território, Reforma Administrativa e a Mercantilização da Cultura no Brasil

v. 37, n. 1, p. 1-35, jan. /abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v37i1.2064>.

VOIGT, Lucas; RANKEL, Luiz Fernando. **Elites locais, dominação social e invisibilidades: a construção da memória oficial no Museu Histórico Municipal de Palmas (PR)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 33, p. 1-34, 2025.